



Relatório de Gestão e Contas

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA FLOR

(+351) 278 518 070
scm-vila.flor@mail.telepac.pt
www.misericordiavilafior.com

Misericórdia de Vila Flor
Largo do Rossio, 11
5360-323 Vila Flor

2021



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Convocatória

Em obediência ao disposto no artigo 22º, alínea b) n.º 2, dos Estatutos, convoco o Irmão para uma reunião ordinária da Assembleia Geral, no dia 30 de Março de 2022, às 19:30 horas, no **LAR NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS**, no **LARGO DO ROSSIO, 11**, com a seguinte ordem de trabalhos:

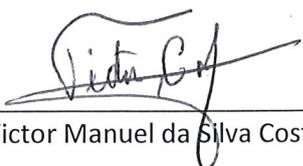
- 1.º Apresentação do Relatório e Contas da Gerência de 2021;
- 2.º Semana Santa;
- 3.º Outros assuntos julgados de interesse pela Assembleia.

Se à hora marcada não estiverem a maioria dos Irmãos, a reunião iniciar-se-á às 20 horas com os Irmãos presentes.

Se algum Irmão desejar consultar qualquer documento para além dos enviados, deve dirigir-se à Secretaria dentro das horas de expediente.

Vila Flor, 14 de Março de 2022.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL,


(Victor Manuel da Silva Costa)



CORPOS GERENTES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA FLOR PARA O QUADIÉNIO DE 2021 A 2024

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Victor Manuel da Silva Costa
Alexandre José Evaristo Trigo
Paulo José Gomes Praça

MESA ADMINISTRATIVA

Provedor: Quintino Augusto Pimentel Gonçalves
Vice-Provedor: Victor Manuel Cortinhas Sil
Secretário: Rogério de Jesus Sanches Fernandes
Tesoureiro: António Júlio Martins Lapa
Vogal: Pedro José Sampaio de Barros

Suplentes: Joaquim João Gouveia Magalhães
Antero Luís Costa Teixeira
Emílio José Meireles Almendra
Octávio António Moura
António Duarte Pinhel

CONSELHO FISCAL

Presidente: Paulo José Arantes Conceição
António Manuel Carvalho Guilheiros
Tito Lívio Teixeira Almeida

Suplentes: António Manuel da Silva Roios
Teresa da Assunção Carvalho Silva Sousa
José António Félix Mesquita

Relatório de Gestão e Contas



A Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor no cumprimento das disposições legais e estatutárias da instituição e do direito administrativo e canónico, apresenta à Assembleia Geral o Relatório de Gestão e Contas referente ao exercício do ano económico de 2021, para a respetiva apreciação e votação da Irmandade. Este documento tem como objectivo primordial apresentar aos Irmãos da Misericórdia de Vila Flor, a execução física e económica da Instituição no último ano, enquadrado na perspetiva de um desenvolvimento religioso e coerente ao serviço da comunidade.

O ano de 2021 apresentou-se como um ano preenchido de dificuldades, mas também de desafios e passos importante no progresso e espírito de resiliência da nossa entidade. 2021 ficou marcado pelo aceleração do número de casos de Covid-19, que por força das circunstâncias e da velocidade de contacto, caiu inevitavelmente dentro da nossa instituição. Mas neste campo, permitam-me a simples referência de que as nossas equipas de acção directa com os utentes, assim como da componente administrativa apresentaram um trabalho e uma dedicação profissional para que não faltasse qualquer meio de protecção e actuação perante os utentes. A Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor procura diariamente contribuir de forma assertiva para o melhoramento da qualidade de todos os utentes, desde a infância à terceira idade, assim como no respeito pela dignidade laboral e social de todos os envolvidos directa e indirectamente com o quotidiano da nossa Instituição.





A Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor é composta por Homens e Mulheres com espírito de trabalho, com missão social, mas também com altruísmo que tanto nos qualifica, e o ano de 2021, serviu como plataforma de cimentação da entrega pessoal e profissional de todo o tecido corporativo da Misericórdia. Seja qual for a categoria, a função, quero - em nome da Mesa Administrativa - agradecer o empenho de todos.

Assim, e no que diz respeito aos recursos humanos procurámos durante o ano transato, desenvolver todos os procedimentos para salvaguardar os direitos laborais de cada um, apelando igualmente à compreensão pelo esforço preconizado por cada um, na altura dos tempos difíceis na resposta à Covid-19. E considerando este esforço, a Mesa Administrativa tem acompanhado ao longo dos anos a evolução das retribuições salariais, procurando estar acima da média praticada no sector social, mas também no contexto português. Valorizamos, sempre, o nosso tecido humano, compreendendo a missão e espírito de entrega de cada um.

Mencionada a componente dos recursos humanos é essencial apresentar à Irmandade, assim como à comunidade em geral, o estado financeiro, mas também económico e institucional da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor. Como foi dito anteriormente, o ano de 2021 ficará definido como um ano de continuidade ao combate da Covid-19, o que contribuiu para o abrandamento de projectos delineados pela Misericórdia, no entanto não nos impediu de prosseguir com o investimento nas ERPIS, na reconversão do SAD, mas também na adopção de medidas pró-ambientais, sociais e sobretudo solidárias.

Durante o ano de 2021, a Misericórdia de Vila Flor, prosseguiu com o seu investimento na Reabilitação das ERPI's da Lapa e Madalena, e terminou também a obra de reabilitação do Jardim de Infância, procurando sempre a inovação nas repostas preconizadas pela Misericórdia. Simultaneamente prosseguimos com os nossos projectos de índole social directa com a comunidade, no âmbito do Programa Alimentar - em parceria com outras Misericórdias - ao abrigo do Portugal 2020.

Recordo também, que o ano de 2021 foi alvo do lançamento de novas oportunidades ao abrigo da resposta europeia à Covid-19, nomeadamente no que diz respeito ao Plano de Recuperação e Resiliência, e nesta temática a nossa instituição tem já aprovada uma candidatura - financiada a 100% - para aquisição de 5 carros eléctricos, para assim aumentar a sustentabilidade ao nível do Serviço de Apoio Domiciliário.

Assim, e como se pode verificar, o ano de 2021, foi atípico, porém mantivemos o nosso espírito de inovação e resiliência. Ao nível administrativo adoptamos mecanismos que acelerem a transição digital dos nossos serviços e continuámos a inovar ao nível da Comunicação interna e externa, com referência nos artigos de notícia regionais.

Por último, refere-se que a Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor, no ano de 2021, cumpriu os deveres que a sua matriz ideológica preconiza, designadamente o compromisso de responsabilidade, bem-estar e solidariedade para com a comunidade que serve.



Cientes de que o empreendedorismo está na base do sucesso da economia social, os atuais Corpos Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor assumem o compromisso de que tudo farão no sentido de encontrar receitas diversificadas, tendo em vista a sustentabilidade desta emérita Instituição.

Consciente dos deveres da responsabilidade e solidariedade perante a sociedade, demos o nosso contributo para promover a inclusão, a estabilidade social, o desenvolvimento socioeconómico e a melhoria do bem-estar da população do concelho de Vila Flor. Reforço que o conseguimos fazer, mantendo o esforço de uma equipa coesa e solidária, mas também na afirmação de uma Instituição que sempre nos soube apoiar e incentivar, desde os nossos colaboradores/funcionários até aos Irmãos e Irmãs, na procura do verdadeiro serviço a prestar ao cliente/utente e comunidade.

O Provedor

Quintino Augusto Pimentel Gonçalves

Valores e Princípios Orientadores



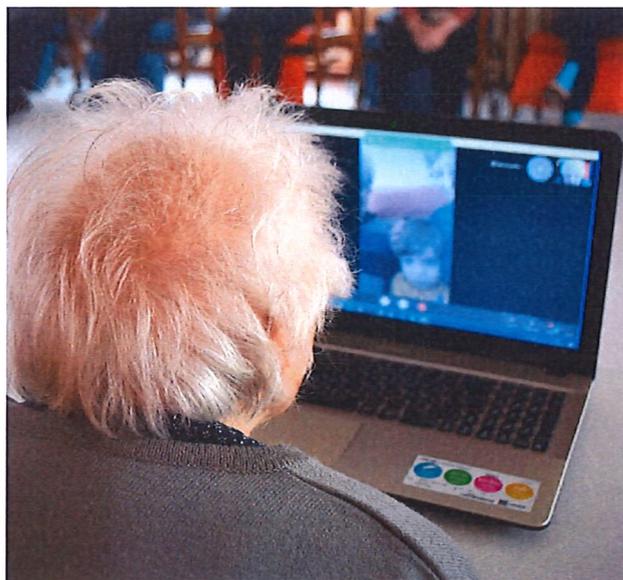
Missão

Prestar serviços de excelência ao nível da área social, da educação e da saúde promovendo a melhoria contínua, dignificando as condições de vida de todos os que necessitam, sob evocação das Obras de Misericórdia.



Visão

Ser uma Instituição de referência a nível local, regional e nacional na promoção de respostas sociais adequadas às necessidades sentidas pelos cidadãos.



Resiliência

O tecido social e colaborativo da Misericórdia de Vila Flor pauta por um espírito de luta e resiliência perante as adversidades do panorama nacional e internacional.

Relatório de Atividades



Irmãos(as):

No sentido de reforçar os valores morais e sociais, melhorar a qualidade de vida e de acesso a bens e serviços, estimulando para uma cidadania inclusiva, a Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor, em parceria com as diversas entidades locais desenvolveu atividades diversas.

Iniciamos o ano de 2021, com a mesma dinâmica de outros anos, mas com a continuação da pandemia veio alterar todo o paradigma de intervenção em todas as nossas Respostas reduzindo a configuração e quantidade do número de atividades desenvolvidas. Contudo, com o dinamismo de todos conseguimos reestruturar rapidamente todos os serviços, de forma a dar seguimento à obra social que temos estado a expandir mesmo com todas as condicionantes impostas pela pandemia.

Principais Atividades Realizadas:

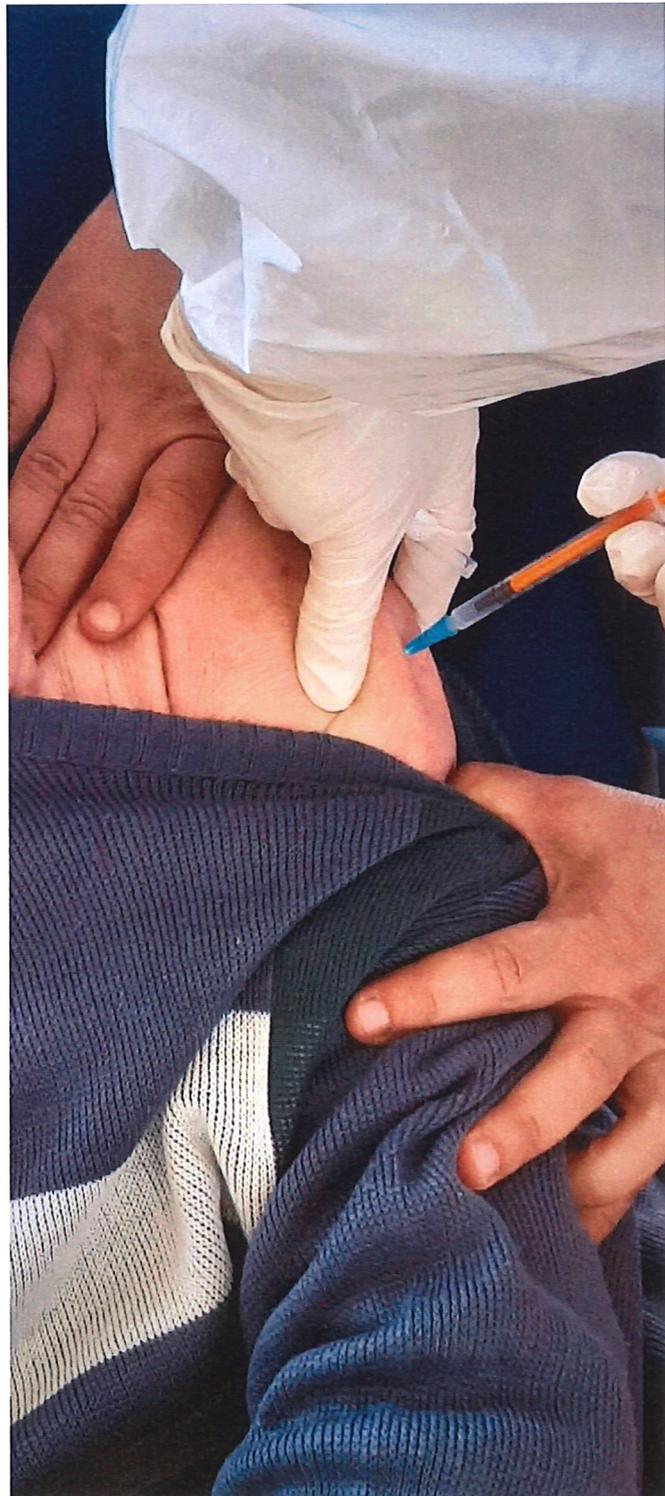


Janeiro

- Comemorações dos Reis nas diversas respostas sociais da Instituição;
- Dia 21 de Janeiro arrancou o programa de vacinação na Misericórdia de Vila Flor, com a primeira vacina a ser administrada pelas 9h45m na ERPI Nossa Senhora da Lapa. Este programa visou vacinar os utentes e colaboradores das respostas sociais na área da terceira idade. Os funcionários da Misericórdia de Vila Flor como grupo prioritário foram dos primeiros no país a receber a primeira dose da vacina juntamente com os profissionais de saúde.

Fevereiro

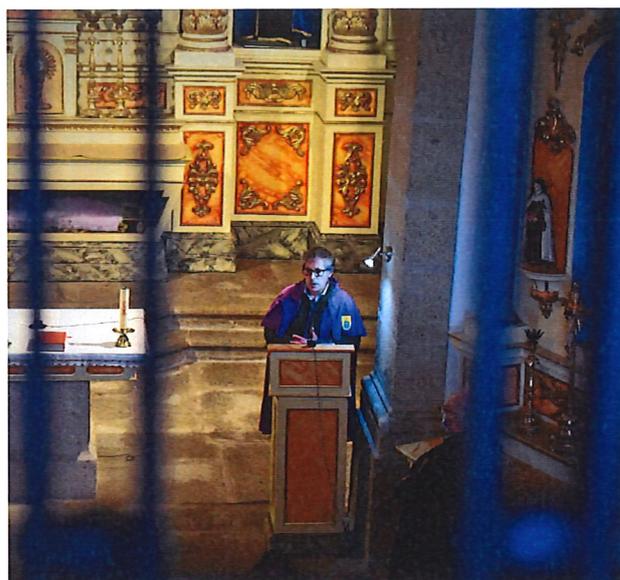
- Fevereiro – Mês dos Afetos – ERPI'S e Jardim de Infância.
- Comemorações do Carnaval nas diversas respostas sociais da Instituição;





Março

- Comemorações do Dia do Pai – Atividades realizadas nas diversas Respostas Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor.
- O Sr. Provedor reuniu com a Diretora Técnica e todos as responsáveis das ERPI'S, a fim de avaliar o funcionamento no 1.º Trimestre.
- Comemoração da chegada da Primavera e do Dia da Arvore nas diversas Respostas Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor.
- Tomada de posse dos Órgãos Sociais para o quadriénio 21/24.
- Lançamento da Edição N.º 19 da Revista NÓS.
- Abertura do renovado Jardim de Infância Flor de Liz. A abertura do espaço decorreu no dia 29 de Março de 2021.





Abril

- Realização das Solenidades da Semana Santa.



Maio

- Comemorações do dia da Mãe nas diversas Respostas Sociais.
- Cerimónias de encerramento do Mês de Maria.
- A Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor aproveitou a temática do Mês do Coração para apelar junto da comunidade da instituição, assim como junto da população local, a promoção de hábitos saudáveis e os respetivos benefícios na prevenção de doenças cardiovasculares.
- Realização da Assembleia Geral da Irmandade – Relatório e Contas da Gerência 2020 no Auditório da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor.





Junho

- Comemoração do Dia Mundial da Criança no Jardim de Infância Flor de Liz.
- Comemoração dos Santos Populares nas diversas Respostas Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor.
- O Sr. Provedor reuniu com a Diretora Técnica, responsáveis das ERPI'S e equipa de enfermagem, a fim de avaliar o funcionamento no 2.º Trimestre, tendo em conta a pandemia que atravessamos.
- Passeios com os utentes das ERPI'S à descoberta da região.



Julho

- Férias de Verão do CATL.
- Festa de Finalistas do Pré-Escolar e CATL.
- Viagem de Finalistas do CATL. Para a viagem, os Finalistas receberam um "Voucher Finalistas" para utilizar no McDonald's, assim como numa entrada para os cinemas NOS, no "Nosso Shopping", em Vila Real.





Agosto

- UMP e Banco Santander oferecem 2 tablets à Misericórdia de Vila Flor. No âmbito da 82ª edição da Volta a Portugal o Banco Santander, patrocinador principal da prova, decidiu por mais um ano com base no protocolo com a União das Misericórdias Portuguesas, oferecer dois tablets às Misericórdias das localidades de chegada das várias etapas da Volta, ou de um concelho vizinho. Este ano a contemplada foi a Misericórdia de Vila Flor, recebendo 2 tablets no final da 7.ª etapa em Bragança, pelas mãos dos representantes do Banco Santander presentes.
- Passeios com os utentes das ERPI'S à descoberta da região.



Setembro

- Abertura do ano letivo 2021/2022 no Jardim de Infância Flor de Liz.
- Vindima na Quinta de Santo António.
- O Sr. Provedor reuniu com a Diretora Técnica, responsáveis das ERPI'S e equipa de enfermagem, a fim de avaliar o funcionamento no 3.º Trimestre, tendo em conta a pandemia que atravessamos.





Outubro

- Comemoração do Dia Internacional do Idoso e Dia Mundial da 3.ª Idade.
- Comemoração do Outono.
- Comemoração do Halloween - Jardim de Infância Flor de Liz e ERPI'S.
- Misericórdia de Vila Flor assinala "Outubro Rosa".
- VI Semana da Alimentação.
- Tomada de posse dos novos Irmãos.



Novembro

- Magusto – Jardim de Infância e ERPI'S.
- Realização da Assembleia Geral da Irmandade – Plano de Atividades e Orçamento, no Auditório da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor.
- Comemoração do Dia Nacional do Pijama – Jardim de Infância de Liz.





Dezembro

- A Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor ofereceu um cabaz da Natal com vários produtos do concelho e da região como forma de reconhecimento do esforço e dedicação de todos os colaboradores e funcionários da instituição.
- Ceias de Natal das ERPI'S e Unidade de Cuidados Continuados.
- Distribuição cabazes de Natal no dia de consoada aos Utentes do Apoio Domiciliário.
- Concertos de Natal nas diversas Respostas Sociais.
- Realização do Presépio da Santa Casa nos Jardins do Infantário.
- O Sr. Provedor reuniu com a Diretora Técnica, responsáveis das ERPI'S e equipa de enfermagem, a fim de avaliar o funcionamento no 4.º Trimestre, tendo em conta a pandemia que atravessamos.



Intervenção Social

A - Idosos

A1 - ERPI



A pandemia do COVID-19, marcou indubitavelmente a vida de todos quantos estão na Instituição, desde utentes/clientes como colaboradores e naturalmente marcou a vida coletiva, familiar e comunitária, que ficara na memória de todos nos.

Os últimos dois anos foram de extrema exigência, tanto ao nível de organização, de recursos humanos como financeiro. Desde o primeiro momento que a Missão da SCMVF foi o de zelar por todos aqueles que estão a sua responsabilidade. A rapidez das decisões tomadas, a reorganização de serviços, a implementação de muitas medidas preventivas que foram diligenciadas a cada momento face à evolução da pandemia, e naturalmente a sensibilização da excelente equipa que edifica a SCMVF, a qual cooperou e laborou desde o primeiro instante com um espírito resiliente para o sucesso de termos chegado ao final de 2021 e afirmarmos com orgulho que conseguimos.

A população Sénior carece de respostas sociais com qualidade, que devem ser desenvolvidas na perspetiva do reconhecimento do direito de ser pessoas.

A SCMVF tem 6 ERPIS, Sra. da Lapa, Sra. dos Remédios, D. Conceição Cabral, S. Pedro, S. Maria Madalena e S. Barbara, todas com serviços de apoio a população idosa.





Em todas elas foram desenvolvidos projetos diferenciados, de carácter terapêutico, cognitivo, lúdico-pedagógico e/ou sociocultural. Estas atividades, com diferente periodicidade (semanal, quinzenal, mensal), foram delineadas com diversos objetivos de ordem, psicológica e cognitiva.

Em parceria com profissionais de saúde, (médicos, enfermeiros, nutricionistas, fisioterapeutas, psicólogos, educadores sociais e assistentes sociais), foi desenvolvido um trabalho, transmitindo toda a informação colhida ao longo dos turnos, trabalhando em equipa, por forma a traçar planos terapêuticos personalizados e adequados á realidade e estado clínico dos residentes.



Nos últimos dois anos com ajuda do departamento de animação privilegiou-se a utilização dos meios digitais para comunicar com a família e amigos através de videochamadas via WhatsApp e Skype.

As ERPIS da SCMVF, baseadas no espírito e cultura institucional das Misericórdias, tem por missão proporcionar aos seus utentes um ambiente familiar que contribua para a estabilização, autonomia e estimulação do envelhecimento ativo e integração social. Estas estruturas representam um custo bastante elevado na sua manutenção, o que exige uma atenção e intervenção constante. Continuamos a investir na melhoria da qualidade de vida dos Utentes/Clientes, através da humanização de alguns espaços interiores e exteriores e na aquisição de equipamento.





Neste âmbito foram realizadas as seguintes intervenções:

- Arranjos de manutenção e apresentação destinados ao seu bom funcionamento;
- Aquisição e colocação de novas camas articuladas;
- Substituição de estores em diversos setores;
- Aquisição de novo mobiliário e equipamento de apoio aos utentes e funcionários;
- Intervenção geral, interior e exterior na ERPI Santa Maria Madalena em Freixiel realizaram-se pinturas em todo o exterior e interior do edifício, trabalhos no piso inferior, criação de mais dois quartos e colocação de um elevador (intervenção no âmbito da candidatura NORTE 2020)
- Na ERPI Nossa Senhora da Lapa, concluíram-se as pinturas exteriores, continuamos com a intervenção, no que diz respeito a pinturas interiores, mudança de caixilharia e alumínio e colocação de elevador para o piso 1(intervenção no âmbito da candidatura NORTE 2020)
- Intervenções de manutenção e aquisição de uma máquina industrial de lavar roupa, uma de lavar louça, e outros equipamentos de cozinha;
- Varias intervenções em equipamentos de frio e congelação;
- Intervenções de manutenção nos aquecimentos centrais.



Intervenção Social

A2 - Unidade de Cuidados Continuados



Unidade de Média Duração e Reabilitação e Unidade de Longa Duração e Manutenção (UCCI), o plano Nacional para a Segurança dos doentes visa, principalmente, apoiar os gestores e os clínicos do Serviço Nacional de Saúde na aplicação de métodos e na procura de objetivos e metas que melhorem a gestão dos riscos associados à prestação de cuidados de saúde, uma vez que a melhoria da segurança dos doentes é uma responsabilidade de equipa, que mobiliza as competências individuais de cada um dos seus elementos e implica a gestão sistémica de todas as atividades. O plano nacional para a segurança dos doentes visa, através de ações transversais, com a cultura de segurança, a partilha do conhecimento e da informação e de ações dirigidas a problemas específicos, melhorar a prestação segura de cuidados de saúde em todos os níveis de cuidados, de forma integrada e num processo de melhoria contínua da qualidade do serviço nacional de saúde.

A Unidade de cuidados Continuados da SCMVF, funciona com duas unidades de internamento, uma de media duração e outra de longa duração, as quais tem por objetivo prestar cuidados clínicos de reabilitação, de apoio psicossocial e cuidados continuados integrados de reabilitação e manutenção. Para o efeito existe uma equipa multidisciplinar constituída por vários profissionais que de forma diária e permanente prestam todo o apoio necessário nas atividades da vida quotidiana aos doentes.

Tem sido uma preocupação constante da SCMVF garantir a qualidade, a segurança e o cumprimento das obrigações legais da Rede Nacional de Cuidados Continuados.

É uma unidade que exigiu durante o ano muito trabalho de manutenção e reforço de algum equipamento, nomeadamente informático, aquecimento e alteração de rede de oxigénio e mudança de todos os estores exteriores do edifício, uma vez que se encontravam bastante deteriorados.



Intervenção Social

A3 - Serviço de Apoio Domiciliário



O serviço de apoio domiciliário (SAD) é uma resposta social que tem como finalidade a prestação de cuidados ao domicílio, de uma forma temporária ou permanente para a satisfação das necessidades básicas e/ ou das atividades da vida diária dos Utentes/Clientes, respeitando a sua permanência no domicílio e evitando/retardando a sua institucionalização.

Ainda tem por objetivo combater a exclusão e o isolamento social das pessoas dependentes que não possuem redes informais de suporte, ou seja, não tem família de retaguarda, e assim contribuir para uma relação de proximidade e de acompanhamento.

As diversas alterações na sociedade atual, sobretudo na composição e função da família, da solidariedade intergeracional e social e na insuficiência de respostas adequadas as situações de dependência, continuam a encontrar no Serviço de Apoio Domiciliário uma resposta capaz de colmatar algumas dificuldades e necessidades.

Em cada ano temos tido como objetivo prestar o maior número de serviços, o que exige um maior número de recursos humanos, viaturas e equipamentos.



Intervenção Social B- Crianças

B1 - Jardim de Infância Flor de Liz



Este Setor tem merecido uma grande atenção, encontra-se em pleno funcionamento, com uma equipa de profissionais qualificados, proporciona uma rotina as crianças, promovendo o seu desenvolvimento cognitivo e motor, através de atividades pedagógicas estimulantes e inovadoras adequadas a idade das crianças, teve que se adaptar a nova realidade, de conviver com o vírus SARS-cov-2, implantamos e cumprimos o plano de contingência, tendo em conta a máxima segurança na prestação de cuidados às crianças, sempre que necessário foram tomadas medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica Covid 19.

Tendo em conta a sequência das dificuldades apresentadas pelas famílias, continuamos a efetuar descontos nas mensalidades nos períodos de surtos.



Intervenção Social

C- Outras Respostas

C1 - Serviços Administrativos



Estes serviços encontram-se em pleno funcionamento, os últimos dois anos foram cheios de desafios para dar resposta a todas as solicitações no âmbito administrativo.

Continuamos a apostar numa atualização constante, sobretudo em novos programas e equipamento informáticos, tendo em conta um maior controle na circulação de bens e prestar um excelente serviço a todos os familiares dos nossos utentes e fornecedores.



C2 - Armazém/Aprovisionamento

Atualmente, o armazém/aprovisionamento, com a sua subcomponente compras, é considerado um setor fulcral na nossa Instituição, sendo quase sempre, decisivo relativamente aos resultados finais. As ligações funcionais do aprovisionamento com os outros setores, são variadas e, quando eficazes otimizam a rentabilidade, por si só, representa geralmente a maior despesa da nossa Entidade, é de esperar que seja uma área muito pressionada em termos de eficiência e eficácia. É uma área em evolução dentro da nossa Entidade, com cada vez mais responsabilidade, temos que salientar que nos últimos dois anos a área do aprovisionamento nas fases de pandemia, foi colocada a prova.

As necessidades de aquisição de produtos diversos para a segurança de utentes e trabalhadores, designadamente equipamentos de proteção e de desinfeção, entre outros, tendo em conta um mercado que não estava preparado e por isso escasso de oferta, aliado a uma inflação generalizada de preços, foi um grande desafio encontrar os produtos necessários e garantir melhor preço de mercado, tentamos sempre procurar as melhores soluções por forma a preservar a segurança de todos os que dependem da Instituição.

Intervenção Social

C3 - Padaria da Misericórdia



Este setor tem como objetivo primordial a fabricação e distribuição de pão por todos os setores da Misericórdia.

Encontra-se em pleno funcionamento e tem sido visível a receptividade por parte de toda a população na confeção dos seus produtos, aumentando as vendas desde a alteração de horário de funcionamento.

Foram realizados trabalhos de manutenção aos fornos e aquisição de tabuleiros para o fabrico de pão, bem como atualização de sistema informático.



Intervenção Social

C4 - Farmácia da Misericórdia



Funcionou em pleno com dinamismo por parte da equipa de recursos humanos que dela fazem parte e tem merecido por parte da Mesa Administrativa a maior atenção.

Atualizamos recentemente a parte visual exterior e estamos a trabalhar para atualizar o visual interior. Reformulamos o sistema informático, adquirindo componentes e novos programas.

Tivemos sempre em atenção os períodos de maior incidência da pandemia articulando e disponibilizando à população mais idosa, diversos serviços, implementando soluções céleres de forma rápida e segura para que bens de primeira necessidade chegassem as mãos de quem precisava.

Aderimos ao programa de testagem, utilizando a unidade móvel de saúde no exterior da farmácia, ao qual se registou bastante aderência por parte da população, realizando-se próximo de dois mil testes.

Esperámos no mais curto espaço de tempo por a funcionar a viatura elétrica para prestar mais um serviço solidário, tendo como objetivo primordial a entrega de medicamentos ao domicílio.



Intervenção Social

C5 - Quinta de Santo António



O ano 2021 é marcadamente um ano diferente, atípico, algo que nunca foi vivenciado e que tivemos que nos readaptar. Mudou drasticamente os costumes, formas de agir e até de trabalhar.

Mesmo assim com algumas dificuldades, continuamos a política desenvolvida em anos anteriores, renovação de olival, arranque e plantio de nova vinha (vitis).

Sendo um setor imprescindível para a nossa Instituição, continuamos o cultivo de produtos hortícolas os quais são consumidos na sua totalidade nos setores da Misericórdia.

Adquirimos novas alfaias, para rentabilizar novas produções e realizados investimentos inerentes ao seu funcionamento.





Intervenção Social

C6 - Outro Património

A Mesa Administrativa continua a ater uma grande atenção a todo o património da Instituição continuamos e executar pequenos trabalhos na sua manutenção, todo ele se encontra restaurado e em bom estado de conservação.

Todas as habitações se encontram alugadas.

C7 - Departamento de Comunicação

O processo de melhoria da imagem da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor é contínuo. Uma das formas de o fazer é relevar a público interno e externo todas as atividades que se efetuam na Instituição, apostando numa comunicação fácil e pratica.

O site e a página de Facebook da Misericórdia continuam a ser os dois maiores instrumentos de comunicação com a irmandade e a comunidade principalmente durante estes últimos anos de pandemia.

Continuamos a desenvolver a publicação da revista "NÓS" que já vai para vigésima edição estando a completar 10 anos de existência, mantendo a versão impressa e a versão online.

Ao longo dos últimos 2 anos, o departamento de comunicação foi fulcral para a manutenção de um elo de ligação diário entre os utentes e os familiares ultrapassando as barreiras criadas pela covid-19, implementando em todas as respostas e com cada vez mais afluência e frequência um serviço de contacto através de Skype e WhatsApp.





Intervenção Social

D- Projetos e Candidaturas

Ao longo do último quadriénio, Misericórdia de Vila Flor tem prosseguido com modelo de governance de obtenção de fundos através de várias plataformas públicas, privadas e sociais de forma a apresentar soluções estratégicas e inovadoras que criem uma nova forma de atuação por parte da Misericórdia de Vila Flor, desde a Infância à Terceira Idade. O ano de 2021 não foi exceção e a Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor prosseguiu com a estratégia de operacionalizar projetos e candidaturas a várias plataformas de financiamento, tais como: Portugal 2020 e Norte 2020, Portugal Inovação Social, BPI Seniores, Fundação EDP, Fundo Rainha D. Leonor, FAMI, Fundação PT.

Considerando que estamos em fase final do atual quadro comunitário é imperativo que a Misericórdia procure definir uma estratégia tendo em linha o quadro 2021-2027 (integrado na estratégia 2030 do Governo Português) de forma a antecipar soluções sociais que sejam cofinanciadas à médio prazo.

Perante a esta situação a Misericórdia irá apresentar um plano plurianual de investimentos de estratégia a médio prazo para assim preparar o novo quadro comunitário e as exigências a nível legal, religioso, económico e social.

Atualmente a Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor tem os seguintes projetos em carteira:

- Frota Solidária Montepio - **Submetido**
- Plano de Recuperação e Resiliência – Mobilidade Verde – **Aprovado**
- Programa Adaptar + Social – **Aprovado e em execução**
- Segundo Aviso – Distribuição de géneros alimentares e/ou de bens de primeira necessidade – **Aprovado e em execução**
- Programa de Apoio Complementar ao PO APMC – **Aprovado e em execução**
- Equipamentos Sociais – Reabilitação ERPI Santa Maria Madalena – Norte 2020 – **Aprovado e em execução**
- Equipamentos Sociais – Reabilitação ERPI Nossa Senhora da Lapa – Norte 2020 – **Aprovado e em execução**
- Equipamentos Sociais – Equipamento Jardim de Infância – **Aprovado e em execução**
- Segundo Aviso – Distribuição de géneros alimentares e/ou de bens de primeira necessidade – **Aprovado e Executado a 100%**
- Fundo Dona Leonor – Obras Jardim de Infância – **Aprovado e executado a 100%**
- Beleza Para Idosos – Projeto Itinerante – **Aprovado e executado a 100%**
- + COESO SOCIAL – DESTAQUE – **Aprovado e em execução**



Conclusão

O ano de 2021 evidencia, neste documento de prestação de contas, uma trajetória de recuperação face ao ano anterior também o investimento em sectores cruciais para o desenvolvimento da nossa instituição, assim como uma adaptação à situação pandémica. Este cenário só foi possível graças ao empenho de todos aqueles que aqui dão o seu melhor. Encontramo-nos numa fase de mudança da atitude do Estado perante as instituições do sector social, ora apelando à complementaridade, ora manifestando interesse pela subsidiariedade, o que dificulta imensamente toda a nossa acção social e religiosa. Neste documento foi possível aferir que o resultado líquido foi de 87.666.02€.

O resultado em epígrafe é obtido graças ao esforço financeiro que a Misericórdia de Vila Flor executou nos últimos 5 anos, atualizando os vencimentos dos colaboradores da instituição em cerca de 20%, o que se repercutiu num aumento de 600 mil euros nas despesas com recursos humanos. Tal acontecimento deveu-se ao facto da atualização do salário mínimo nacional e conseqüente decisão da Mesa Administrativa em valorizar todas as categorias profissionais da instituição. Assim, e perante o supraexposto sublinha-se como de extrema importância a valorização profissional e remuneratória do nosso quadro de funcionários/técnicos.

Assim, a Mesa Administrativa solicita à Assembleia Geral a aprovação deste relatório da Gestão, e agradece a todas as Entidades e colaboradores, nomeadamente à Segurança Social; A.R.S. – Norte; Sub-Região de Saúde de Bragança; Centro de Emprego de Mirandela; Autarquia Local; Paróquia; Serviços de Saúde Locais; Bombeiros; Escuteiros; funcionários; voluntários e à nossa União das Misericórdias.

Queremos deixar aqui um voto de pesar pelos nossos Irmãos já falecidos, e um agradecimento aos Órgãos Sociais da Irmandade, aos Irmãos em geral e a quantos colaboraram na resolução de todos os problemas.

Que a Senhora das Misericórdias nos proteja e ajude.



Acontecimentos após data de balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2021, após o encerramento do período e até a elaboração do presente anexo não se registaram outros fatores suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Propõem-se se que o resultado líquido do período, seja transferido para a conta (Resultados Transitados).

Vila Flor, 11 de Março de 2021

A MESA ADMINISTRATIVA

Quintino Augusto Pimentel Gonçalves

Victor Manuel Cortinhas Sil

Rogério de Jesus Sanches Fernandes

António Júlio Martins Lapa

Pedro José Sampaio de Barros



Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021

(Montantes expressos em euros)

Capitão
[Handwritten signatures and initials]

1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor, pessoa coletiva nº 500 746958, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos, apontando-se a sua fundação para o segundo quartel do Séc. XVI tendo em conta um documento datado de 17 de Setembro de 1671. Tem a sede no Largo do Rossio, nº 11 em Vila Flor.

O registo definitivo dos Estatutos foi lavrado pela inscrição nº 08/85, a folhas 192 verso e 193, do livro nº1 das Irmandades da Misericórdia e considera-se efetuado em 08 de Abril de 1985, nos termos do nº 2, do artigo 13º, do Regulamento do Registo das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pela Portaria nº 778/83, de 23 de Julho.

Tem como principal vivacidade o apoio à terceira idade/infância, a fim de assegurar/auxiliar aos seus cerca de 500 utentes através das seguintes Respostas Sociais:

- Lar de Idosos;
- Infantário;
- Creche;
- A.T.L.;
- Centros de Dia;
- Apoio Domiciliário;
- Unidade de Apoio Integrado;
- Cantinas Sociais;
- Unidade de Cuidados Continuados.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pela Mesa Administrativa.

A Mesa Administrativa entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Instituição, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.



2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e às entidades do sector não lucrativo.

2.2 - No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições à normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ENSL).

2.3 - A Instituição adotou as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro pela primeira vez em 2012.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro - ENSL.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Instituição espera incorrer, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de Bens	Anos
Edifícios e Outras Construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 40



As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

3.3 Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Instituição com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no Fundo de Capital. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.4 Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui o custo de aquisição, taxas associadas aos inventários e as despesas de transporte ou envio dos mesmos. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados "Perdas por imparidade em inventários" e "Reversões de ajustamentos em inventários".

3.5 Ativos e passivos financeiros

a) Clientes, Utentes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes, utentes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.



Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

3.6 Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Instituição irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no Fundo de Capital, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.7 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Instituição não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

3.8 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.



As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas relacionam-se com a estimativa das vidas úteis de ativos fixos, com a responsabilidade associada a férias e subsídios de férias a pagar em 2022 relativos a 2021 e análise de imparidade de ativos e respetivos ajustamentos.

3.9 Especialização de exercícios

A Instituição regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.10 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4 ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORRECÇÕES DE ERROS

Adoção inicial de novas normas ou de normas revistas

Não foram adotadas quaisquer normas ou interpretações novas ou revistas durante o exercício, e não se verificaram alterações em estimativas contabilísticas.

Alteração voluntária de políticas contabilísticas

Não houve ajustamentos nas demonstrações financeiras por quaisquer correções de erros materiais de exercícios anteriores.



5 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 2021 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Descrição	Início do Período	Aquisições	Alienações	Transf e Abates	Fim do Período
Terrenos e Recursos Naturais	82 435,18	10 859,57	0,00	0,00	93 294,75
Edifícios e outras Construções	8 893 015,27	0,00	0,00	0,00	8 893 015,27
Equipamento Básico	1 266 267,29	66 213,15	0,00	0,00	1 332 480,44
Equipamento de Transporte	669 087,89	0,00	0,00	0,00	669 087,89
Ferramentas e Utensílios	29 221,62	0,00	0,00	0,00	29 221,62
Equipamento Administrativo	1 073 154,99	63 291,90	0,00	0,00	1 136 446,89
Outros Activos Fixos Tangíveis	100 119,01	0,00	0,00	0,00	100 119,01
Imobilizações em Curso	801 834,03	0,00	0,00	0,00	801 834,03
Propriedades de Investimento	543 884,61	0,00	0,00	0,00	543 884,61
Totais	13 459 019,89	140 364,62	0,00	0,00	13 599 384,51

As depreciações destes ativos são calculadas segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas definidas no Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de Setembro, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

O processo de depreciação inicia-se no começo do exercício em que o respetivo bem entrou em funcionamento.



Valor b escriturado	Início do Período	Amortização do Período	Outras Alterações	Fim do Período
Terrenos e Recursos Naturais	4 919,91	1 609,33	0,00	6 529,24
Edifícios e outras Construções	3 886 915,44	132 073,56		4 018 989,00
Equipamento Básico	1 213 262,93	32 882,83	0,00	1 246 145,76
Equipamento de Transporte	676 581,77	18 480,07	0,00	695 061,84
Ferramentas e Utensílios	28 716,92	250,00	0,00	28 966,92
Equipamento Administrativo	1 044 054,56	24 678,33	0,00	1 068 732,89
Equipamentos Biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Activos Fixos Tangíveis	38 126,75	352,75	0,00	38 479,50
Totais	6 892 578,28	210 326,87	0,00	7 102 905,15

Não existem restrições de titularidade, nem ativos fixos tangíveis que tenham sido dados como garantia de passivos.

6 INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, os inventários da Instituição eram detalhados conforme se segue:

	2021			2020		
	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante líquido
Mercadorias	108.471,08		108.471,08	95.589,60		95.589,60
MP, subsidiárias e de consumo	66.933,03		66.933,03	67.706,18		67.706,18
	175.404,11	-	175.404,11	163.295,78	-	163.295,78



Confirmação
[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

7 ATIVOS FINANCEIROS

Categorias de ativos financeiros

As categorias de ativos financeiros são as apresentadas a seguir:

ACTIVOS FINANCEIROS	2021			2020		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Disponibilidades						
Caixa	2 214,23	0,00	2 214,23	2 169,36	0,00	2 169,36
Depósitos À Ordem	424 448,44	0,00	424 448,44	375 916,66	0,00	375 916,66
Outros Dep Bancários	1 950 000,00	0,00	1 950 000,00	1 950 000,00	0,00	1 950 000,00
	2 376 662,67	0,00	2 376 662,67	2 328 086,02	0,00	2 328 086,02
Activos Financeiros ao custo amortizado						
Cientes e Utentes	223 874,52	0,00	223 874,52	202 880,26	0,00	202 880,26
Outras contas a Receber	464 355,68	0,00	464 355,68	283 788,98	0,00	283 788,98
	688 230,20	0,00	688 230,20	486 669,24	0,00	486 669,24
	3 064 892,87	0,00	3 064 892,87	2 814 755,26	0,00	2 814 755,26

A totalidade dos montantes de contas a receber são realizáveis no período de 12 meses, razão pela qual se apresentam no Ativo Corrente.

A Rubrica de "Outras contas a receber" apresenta a seguinte composição:



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'L. V. AM' and 'B'.

	Dez-2021	Dez-2020
Assistência Militares da Guarda	57,34	57,34
Serviços na Doença- PSP	805,92	805,92
ADMG-Assistencia à Doença	2 668,44	2 668,44
IASFA-Instituto de Acção Social	271,00	271,00
Administração de Saúde do Estado	25 655,65	25 655,65
Administração Regional de Saúde	42 628,19	39 838,78
Administração Regional Saúde-UCC	85 873,27	73 334,55
Centro Distrital de Bragança-UCC	15 966,85	13 599,49
Fundação Edp	246 996,00	0,00
Fundo rainha D. Leonor	0,00	88 079,87
Diversos (Farmácia)	35 426,55	39 477,94
IEFP - Bolsas de Estágio	8 006,47	0,00
	464 355,68	283 788,98

8 FUNDOS PATRIMONIAIS

Fundos

A Instituição foi criada em 1927 com um fundo inicial que se mantém sem variação até à data.

Aplicação de resultados

De acordo com a ata da Assembleia Geral, o resultado líquido do ano anterior, nomontante de- **48.865,62€** foi aplicado na totalidade em Resultados Transitados.

Rubrica	Dez-21	Aumentos	Diminuições	Dez-20
Fundos	430.870	0	0	430.870
Reservas	34.725	0	0	34.725
Resultados Transitados	6.966.536	48.866	0	6.917.671
Outras Variações Fundos Patrimoniais	1.688.713	99.788	0	1.588.925
Piddac	206.990	0	-14.390	221.380
Centro de Cuidados Continuados	649.509	0	-20.952	670.461
Centro de Saúde de Vila Flor	288.838	0	-9.670	298.508
Fundo Rainha D. Leonor (Jardim Infância)	230.056	0	-88.080	318.136
Instituto Emprego e Formação Profissional	14.524	0	-393	14.917
Ifap	39.891	0	-1.813	41.703
Fundação EDP	7.000	0	-7.000	14.000
Fundação PT – Donativo Apoio Viatura	4.910	0	-4.910	9.820
Norte 2020-ERPI Nossa Senhora da Lapa	147.794	147.794	0	0
Norte 2020-ERPI- Santa Maria Madalena	99.202	99.202	0	0



Castro
J. L. V. S.

[Handwritten signature]

Resultado Líquido Exercício	87.666	38.800		48.866
Total	10.897.224	434.450	-147.208	10.609.982

9 SUBSÍDIOS E APOIOS DO GOVERNO

Os subsídios recebidos do Governo e reconhecidos na rubrica de Fundos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2021 referem-se, essencialmente, a apoios concedidos associados à Unidade de Cuidados Continuados, Centro de Saúde e Lar, revestindo a forma de Subsídios ao Investimento. A Instituição tem também reconhecidos Subsídios ao Investimento associados a Equipamento adquirido para utilização da Santa Casa.

10 PASSIVOS FINANCEIROS

Fornecedores e outros passivos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 as rubricas de "Fornecedores" e de "Outros passivos financeiros" apresentavam a seguinte composição:

	2021	2020
Fornecedores		
Fornecedores, conta corrente	156.960,18	89.894,57
	156.960,18	89.894,57
Outros passivos financeiros		
Outras Contas a Pagar	353.171,90	405.495,70
	353.171,90	405.495,70
	510.132,08	495.390,27

O montante de credores por acréscimos de gastos diz respeito a:

	2021	2020
Remunerações a liquidar diversos	353.171,90	405.495,70
	0,00	0,00
Totais	353.171,90	405.495,70



O montante de Remunerações a Liquidar evidenciado acima respeita à estimativa de férias e subsídio de férias a processar em 2022, relativa aos direitos adquiridos referentes a 2021.

11 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 2021 e em 2020 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2021		2020	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	0,00	14 012,71	0,00	12 967,46
Imposto sobre o valor acrescentado	4 927,48	2 275,98	0,00	2 186,76
Contribuições para a segurança Social	0,00	57 905,58	0,00	53 554,12
Outros Impostos	0,00	374,96	0,00	333,35
	4 927,48	74 569,23	0,00	69 041,69

12 RÉDITO

O rédito reconhecido pela Instituição é detalhado conforme se segue:

	2021	2020
Venda de bens	1 189 106,92	1 141 859,75
Prestações de serviços	2 458 873,53	2 406 741,55
	3 647 980,45	3 548 601,30



As prestações de serviços referem-se essencialmente a mensalidades recebidas dos utentes.

13 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

O valor reconhecido na rubrica de Subsídios à Exploração nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 tem o seguinte detalhe:

Relação dos subsídios obtidos	Subsídios À Exploração	Quantias concedidas
	Entidade concedente	Total
1	Centro Regional de Segurança Social	1 482 167,11
2	Câmara Municipal de Vila Flor	10 426,24
3	Instituto do Emprego e Formação Profissional	13 344,12
5	IFAP, I.P.	20 132,93
6	Ifadap	0,00
7	POPH	0,00
9	Outras Entidades	18 872,20
10	Doações	0,00
		1 544 942,60

Os rendimentos aqui registados respeitam, na sua maioria, a transferências recebidas do Instituto de Segurança Social a título de participação nos serviços prestados de acção social.

A rubrica inclui também valores recebidos/a receber relativos a Estágios Profissionais, comparticipados pelo IEFP.



14 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 tem o seguinte detalhe:

	2021	2020
Subcontratos-Exploração de Refeitórios	0,00	0,00
Trabalhos especializados	42.745,36	36.158,94
Publicidade e propaganda	3.659,50	3.341,46
Vigilância e Segurança	0,00	0,00
Honorários	14.172,13	5.387,40
Conservação e Reparação	79.285,18	81.830,64
Outros	9.835,26	16.175,89
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	0,00	0,00
Livros e documentação técnica	0,00	0,00
Material de escritório	9.196,44	8.170,30
Artigos para oferta	9.498,78	4.317,82
Outros	2.548,24	1.636,74
Electricidade	117.933,86	99.678,45
Combustíveis	185.230,08	154.852,83
Água	9.704,41	7.680,05
Outros	0,00	0,00
Deslocações e estadas	875,90	4.608,95
Rendas e alugueres	9.024,72	13.190,88
Comunicação	19.633,24	24.244,62
Seguros	15.267,00	17.650,12
Contencioso e notariado	4.738,90	657,04
Despesas de representação	0,00	1.195,62
Limpeza, higiene e conforto	0,00	207,98
Outros serviços	231.798,83	174.690,59
Outros	0,00	0,00
	765.147,83	655.676,32



15 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 2021 e em 2020 é detalhada conforme se segue:

	2021	2020
Remunerações do Pessoal	2 169 231,08	2 227 924,82
Encargos sobre remunerações	483 338,94	491 516,20
Seguros de ac. Trabalho	41 713,99	46 480,06
Outros	194 153,33	206 928,87
	2 888 437,34	2 972 849,95

A rubrica "Outros" inclui o montante de Subsídio de Alimentação pago aos funcionários (valor de 186.510,04 € em 2021).

O n.º médio de funcionários durante o ano de 2021 foi o que se detalha no quadro seguinte:

Descrição	Nº Funcionários (média 2021)
Serviço de Apoio Domiciliário	11
Centro de Dia	9
Lar de Idosos	116
Jardim de Infância	17
Outras Atividades	60

16 DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES

A decomposição da rubrica de "Gastos / reversões de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 2021 e em 2020 é conforme se segue:

Descrição	2021	2020
Activos fixos tangíveis	210.326,87	198.982,67
Activos intangíveis	0,00	0,00
	210.326,87	198.982,67



17 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos exercícios findos em 2021 e em 2020 é conforme se segue:

Descrição	2021	2020
Rendimentos Suplementares	16 625,80	14 501,67
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	38 398,31	38 983,58
Subsídios	59 127,46	59 127,46
Doações	100,00	6 500,00
Outros	32 030,23	26 072,35
	146 281,80	145 185,06

O valor reconhecido na rubrica de Subsídios respeita à imputação dos Subsídios ao Investimento ao período, na proporção das amortizações dos bens subsidiados.

18 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES

Os juros, dividendos e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 2019 e 2021 são detalhados conforme se segue:

Descrição	2021	2020
Depósitos em instituições de crédito	2 943,27	3 457,22
Totais	2 943,27	3 457,22



19 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não existem quaisquer acontecimentos após a data de balanço com impacto nas demonstrações financeiras naquela data, nem ao nível da sua apresentação nem de divulgações adicionais.

Vila Flor, 13 de Fevereiro de 2022

O Contabilista Certificado

Carla Paula Sousa Teixeira

A Mesa Administrativa

[Signature]
[Signature]
[Signature]
Antonio Filipe Martins
Sobrinho José Samuel de Barros

Balço

UNIDADE MONETÁRIA (1)

Balço em 31 de Dezembro de 2021

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		Variação
		31 Dez 2021	31 Dez 2020	
<u>ATIVO</u>				
Ativo				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis		5.923.373,13	5.993.335,38	-1,17%
Bens do património histórico e cultural		5.681,13	5.681,13	0,00%
Propriedades de investimento		543.884,61	543.884,61	0,00%
Ativos intangíveis		5.398,50	5.398,50	0,00%
Investimentos financeiros		20.227,23	16.242,14	24,54%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		854,00	512,00	66,80%
		6.499.418,60	6.565.053,76	-1,00%
Ativo corrente				
Inventários		175.404,11	163.295,78	7,41%
Clientes		223.874,52	202.880,26	10,35%
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00	0,00%
Estado e outros entes públicos		4.927,48	0,00	0,00%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		0,00	0,00	0,00%
Outras contas a receber		464.355,68	283.788,98	63,63%
Diferimentos		48.381,10	42.195,32	14,66%
Outros ativos financeiros		188,00	188,00	0,00%
Caixa e depósitos bancários		2.376.662,67	2.328.086,02	2,09%
		3.293.793,56	3.020.434,36	9,05%
Total do Ativo		9.793.212,16	9.585.488,12	2,17%
<u>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</u>				
Fundos Patrimoniais				
Fundos		430.870,22	430.870,22	0,00%
Excedentes técnicos		0,00	0,00	0,00%
Reservas		34.724,83	34.724,83	0,00%
Resultados transitados		6.966.536,44	6.917.670,82	0,71%
Excedentes de revalorização		0,00	0,00	0,00%
Outras variações nos fundos patrimoniais		1.688.713,34	1.588.924,67	6,28%
Resultado líquido do período		87.666,02	48.865,62	79,40%
Total dos fundos patrimoniais		9.208.510,85	9.021.056,16	2,08%
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões		0,00	0,00	0,00%
Provisões específicas		0,00	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00%
Outras contas a pagar		0,00	0,00	0,00%
		0,00	0,00	0,00%

Balço

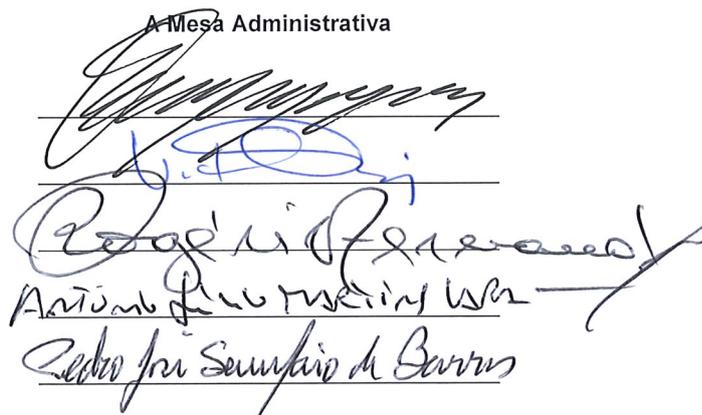
RUBRICAS	NOTAS	DATAS		Variância
		31 Dez 2021	31 Dez 2020	
Passivo corrente				
Fornecedores		156.960,18	89.894,57	74,60%
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00	0,00%
Estado e outros entes públicos		74.569,23	69.041,69	8,01%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		0,00	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00%
Diferimentos		0,00	0,00	0,00%
Outras contas a pagar		353.171,90	405.495,70	-12,90%
Outros passivos financeiros		0,00	0,00	0,00%
		584.701,31	564.431,96	3,59%
Total do Passivo		584.701,31	564.431,96	3,59%
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		9.793.212,16	9.585.488,12	2,17%

(1) - Euro

O Contabilista Certificado



A Mesa Administrativa



Demonstração dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de Dezembro de 2021

UNIDADE MONETÁRIA (1)

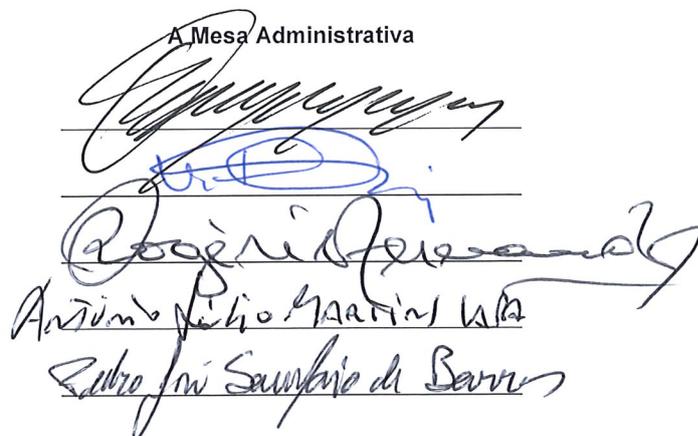
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		Variância
		2021	2020	
Vendas e serviços prestados		3.647.980,45	3.548.601,30	2,80%
Subsídios, doações e legados à exploração		1.544.942,60	1.452.957,77	6,33%
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00	0,00%
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00	0,00%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-1.376.533,23	-1.258.172,68	-9,41%
Fornecimentos e serviços externos		-765.147,83	-655.676,32	-16,70%
Gastos com o pessoal		-2.888.437,34	-2.972.849,95	2,84%
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00%
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00%
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00	0,00%
Outros rendimentos e ganhos		146.281,80	145.185,06	0,76%
Outros gastos e perdas		-14.036,83	-15.654,11	10,33%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		295.049,62	244.391,07	20,73%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-210.326,87	-198.982,67	-5,70%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		84.722,75	45.408,40	86,58%
Juros e rendimentos similares obtidos		2.943,27	3.457,22	-14,87%
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00	0,00%
Resultados antes de impostos		87.666,02	48.865,62	79,40%
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00%
Resultado Líquido do período		87.666,02	48.865,62	79,40%

(1) - Euro

O Contabilista Certificado



A Mesa Administrativa



António Filipe Martins Lda
Rubro José Sampaio de Barros

Demonstração dos Resultados por Funções

Valência: Todas || Do Mês: Abertura || Ao Mês: Regularizações

Período findo em 31 de Dezembro de 2021

UNIDADE MONETÁRIA (1)

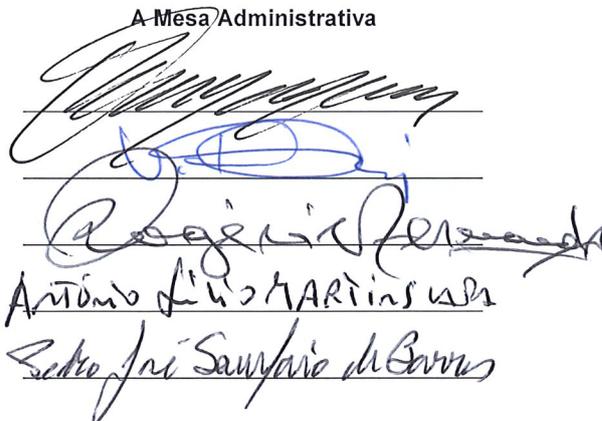
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS		Variância
		2021	2020	
Vendas e serviços prestados		3.647.980,45	3.548.601,30	2,80%
Custo das vendas e dos serviços prestados		-4.264.970,57	-4.231.022,63	-0,80%
Resultado bruto		-616.990,12	-682.421,33	9,59%
Outros Rendimentos		1.694.167,67	1.601.600,05	5,78%
Gastos de distribuição		-102,00	-45,00	-126,67%
Gastos administrativos		-975.372,70	-854.613,99	-14,13%
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00	0,00%
Outros gastos		-14.036,83	-15.654,11	10,33%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		87.666,02	48.865,62	79,40%
Gastos de financiamento		0,00	0,00	0,00%
Resultados antes de impostos		87.666,02	48.865,62	79,40%
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00%
Resultado líquido do período		87.666,02	48.865,62	79,40%

(1) - Euro

O Contabilista Certificado



A Mesa Administrativa



António Filipe MARTINS

Sebastião Sá

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios no período 2020

UNIDADE MONETÁRIA: Euros

Descrição	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe										Total		
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período						
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020		430.870,22	0,00	34.724,83	6.961.516,10	0,00	1.559.972,26	-43.845,28					8.943.238,13	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		0,00	0,00	0,00	-43.845,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	43.845,28	0,00	0,00
Aplicação do Resultado Líquido		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.952,41	0,00	0,00	0,00	28.952,41	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO														
RESULTADO EXTENSIVO														
OPERAÇÕES COM INSTITUIÇÕES NO PERÍODO														
Fundos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios, doações e legados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2020		430.870,22	0,00	34.724,83	6.917.670,82	0,00	1.588.924,67	48.865,62					9.021.056,16	

1.588.924,67
48.865,62
9.021.056,16

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios no período 2021

UNIDADE MONETÁRIA: Euros

Descrição	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021		430.870,22	0,00	34.724,83	6.917.670,82	0,00	1.588.924,67	48.865,62	9.021.056,16
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		0,00	0,00	0,00	48.865,62	0,00	99.788,67	0,00	148.654,29
Aplicação do Resultado Líquido		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-48.865,62	-48.865,62
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		0,00	0,00	0,00	48.865,62	0,00	99.788,67	-48.865,62	99.788,67
RESULTADO EXTENSIVO								87.666,02	87.666,02
OPERAÇÕES COM INSTITUIÇÕES NO PERÍODO									
Fundos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios, doações e legados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2021		430.870,22	0,00	34.724,83	6.966.536,44	0,00	1.688.713,34	87.666,02	9.208.510,85

Demonstração (Individual/Consolidada) dos Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de Dezembro de 2021

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		Variância
		2021	2020	
Fluxo de caixa das atividades operacionais - método direto				
Recebimentos de clientes e utentes		1.767.561,95	1.722.861,99	2,59%
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00	0,00%
Pagamentos de apoios		0,00	0,00	0,00%
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00	0,00%
Pagamentos a fornecedores		-2.301.457,67	-2.248.293,99	-2,36%
Pagamentos ao pessoal		-2.008.434,93	-1.995.178,92	-0,66%
Caixa gerada pelas operações		-2.542.330,65	-2.520.610,92	-0,86%
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00	0,00%
Outros recebimentos/pagamentos		2.556.459,71	2.460.442,84	3,90%
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		14.129,06	-60.168,08	123,48%
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00	0,00%
Ativos intangíveis		0,00	0,00	0,00%
Investimentos financeiros		0,00	0,00	0,00%
Outros ativos		0,00	0,00	0,00%
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00	0,00%
Ativos intangíveis		0,00	0,00	0,00%
Investimentos financeiros		31.612,03	31.248,66	1,16%
Outros ativos		0,00	0,00	0,00%
Subsídios ao investimento		0,00	0,00	0,00%
Juros e rendimentos similares		2.835,56	103.457,22	-97,26%
Dividendos		0,00	0,00	0,00%
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		34.447,59	134.705,88	-74,43%
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00%
Realização de fundos		0,00	0,00	0,00%
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00	0,00%
Doações		0,00	0,00	0,00%
Outras operações de financiamento		0,00	0,00	0,00%
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00%
Juros e gastos similares		0,00	0,00	0,00%
Dividendos		0,00	0,00	0,00%
Redução de fundos		0,00	0,00	0,00%
Redução de fundos		0,00	0,00	0,00%
Outras operações de financiamento		0,00	0,00	0,00%
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)		0,00	0,00	0,00%
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		48.576,65	74.537,80	-34,83%
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00	0,00%

Demonstração (Individual/Consolidada) dos Fluxos de Caixa

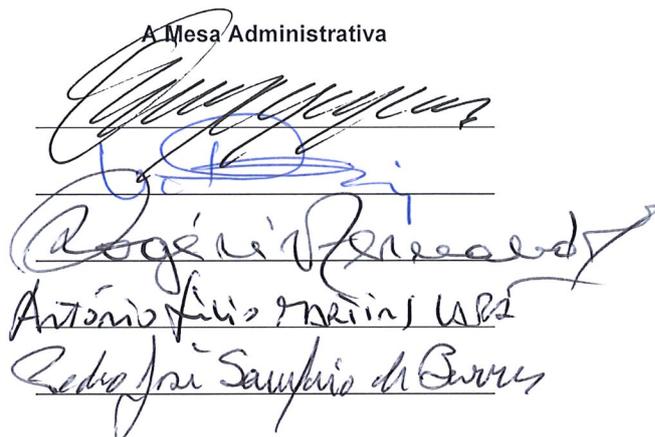
RUBRICAS	NOTAS	DATAS		Variância
		2021	2020	
Caixa e seus equivalentes no início de período		378.086,02	303.548,22	24,56%
Caixa e seus equivalentes no fim de período		426.662,67	378.086,02	12,85%

(1) - Euro

O Contabilista Certificado



A Mesa Administrativa



Antônio Filipe Martins UBS
Rodrigo José Sampaio de Barros



PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS
DE 2021

Aos onze dias do mês de Março de 2022, reuniu, o Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor, a fim de dar parecer sobre as peças finais de apresentação de Contas – exercício do ano de 2021.

Assim, e cumprindo com os fins Estatutários, deliberou, por unanimidade, a emissão do seguinte Parecer.

No exercício das suas funções o Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor, procedeu à análise das demonstrações financeiras, que compreendem o Balanço e Demonstrações de Resultados do ano de 2021, evidenciando um total de gastos de 5.254.482,10 € e de proveitos um total de 5.342.148,12 €, originando um resultado líquido positivo de 87.666,02 €.

A nossa análise e verificação foi efetuada com o objetivo de obter uma garantia aceitável de que as demonstrações financeiras não contém distorções materialmente relevantes.

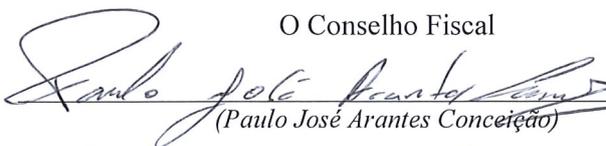
É da responsabilidade da Mesa Administrativa a apresentação do Relatório e Contas e respetivas demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Santa Casa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

Nestas circunstâncias, propomos a **APROVAÇÃO** do Relatório e Contas do ano de 2021.

Queremos registar a nossa admiração por todos aqueles que desinteressadamente vão dando o seu melhor a esta nobre causa.

Vila Flor, 11 de Março de 2022

O Conselho Fiscal


(Paulo José Arantes Conceição)


(António Manuel Carvalho Guilherme)


(Tito Lívio Teixeira Almeida)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vila Flor**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 751.878 euros e um total de fundos patrimoniais de 661.868 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 7.174 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa, a *demonstração dos resultados por funções* relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vila Flor** em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras* abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

Telefone: +351 213 182 720 | Email: info@pkf.pt | www.pkf.pt

PKF & Associados, SROC, Lda. | Avenida 5 de Outubro n.º 124 7.º | 1050-061 Lisboa | Contribuinte n.º 504 046 683 |

Capital Social €50.000 | Inscrita na OROC sob o n.º 152 e na CMVM sob o n.º 20161462

A PKF & Associados, SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Lisboa, 22 de março de 2022



PKF & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por
Tiago Romeiro Rocha (ROC n.º 1700 / CMVM n.º 20161310)



SANTA CASA
DA MISERICÓRDIA DE VILA FLOR

Partilhamos o Gosto pela Vida!